

NOTA 1. Identificação da Instituição

EXERCÍCIO DE 2019

A Associação de Beneficência Cultural Recreativa de Melo, NIF.501595236, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, tem a sua sede em Melo, concelho de Gouveia, exerce a atividade de apoio social para pessoas idosas, com alojamento, CAE 88990, empregando em média 21 funcionários. Encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Seia, sob o número de pessoa coletiva e com o Fundo Social de 28.002,21€.

As demonstrações financeiras foram elaboradas à data de 31/12/2019 sendo a moeda de referência utilizada o euro, e o arredondamento não excedeu a unidade de euro.

NOTA 2. Referencial contabilístico

Enquadramento

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do regime da normalização contabilística para as Entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pela Portaria nº 105/2011, de 14 de Março.

NOTA 3. Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das DFs

a) Activos Intangíveis:

Os activos intangíveis foram mensurados inicialmente pelo seu custo, tendo sido aplicado nas mensurações subsequentes o modelo do custo.

b) Activos fixos tangíveis:

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo. As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes utilizando-se para o efeito as taxas mínimas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

c) Inventários:

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado o sistema de custeio Custo médio ponderado. Foi usado o sistema de inventário intermitente.

d) Rédito: Os réditos encontram-se escriturados pela quantia da contra prestação acordada deduzida de descontos comerciais e de quantidade concedidos pela entidade.

Gostaríamos de esclarecer nesta rubrica o critério valorimétrico adotado na valorização dos subsídios em espécie, que se encontram valorizados a preço de custo do doador.



NOTA 4. Activos fixos tangíveis

Divulgações gerais

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização das várias classes de activos fixos tangíveis:

Valorização das várias classes

Classe de activos \ Valores apurados		Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos tangíveis
Início do período	Valor bruto escriturado	2.346,39€	735.560,96€	83.639,01€	44.829,17€	38.832,57€	1.687,37€
	Amortização acumulada	0,00€	(403.624,29€)	(83.369,01€)	(44.379,17€)	(38.832,57€)	(1.687,37€)
Período	Aquisições	0,00€	0,00€	1.165,85€	0,00€	0,00€	0,00€
	Amortização do período	0,00€	(7.768,50€)	(158,54€)	(75,00€)	(0,00€)	0,00€
Fim do período	Valor bruto escriturado	2.346,39€	735.560,96€	84.804,86€	44.829,17€	38.832,57€	1.687,37€
	Amortização acumulada	0,00€	(411.392,79€)	(83.527,55€)	(44.454,17€)	(38.832,57€)	(1.687,37€)

NOTA 6. Activos intangíveis

Divulgações gerais

Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização das várias classes de activos intangíveis:



Valorização das várias classes

Classe de activos \ Valores apurados		Programas de Computador
Início do período	Vida útil	3 anos
	Taxa de amortização*	33,33%
	Método de amortização*	Quotas Constantes
	Valor bruto escriturado	1.110,08€
	Amortização acumulada	(1.110,08€)
Período	Aquisições	
	Alienações	
	Amortização do período	
	Outras alterações	
Fim do período	Valor bruto escriturado	1.110,08€
	Amortização acumulada	(1.110,08€)

NOTA 5. Rédito

Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito

Relativamente à quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, aprez-nos esclarecer que a quantia refletida na conta 721 Prestação de serviços no valor de 235.934,17€ diz respeito às mensalidades dos utentes, na conta 723 Consultas, Enfermagem e Medicamentos no valor de 4.502,59€ e a conta 725 à Cedência de alimentos no valor de 7.625,27€.

A quantia refletida na conta 7511, no valor de 108.860,09€ expressa os subsídios à exploração recebidos pelo Instituto de gestão financeira de segurança social.

As restantes contas do rédito, resultam de quotizações recebidas de associados, descontos obtidos, restituição de impostos e de donativos recebidos em dinheiro e em géneros, que representam um valor de 11.813,26€.

NOTA 6. Capital Próprio

Explicação e justificação dos movimentos

A conta de resultados transitados teve um aumento de 1.075,90€, resultante da transferência do resultado líquido do exercício de 2018 para a conta de resultados transitados, conforme deliberação em assembleia geral de aprovação de contas de 2018.

NOTA 7. Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal e respetiva produtividade foram analisados pelo quociente entre o total dos rendimentos da instituição e o total dos gastos com o pessoal, estando resumido no quadro seguinte:

[Handwritten signature and initials]
pessoa

Pessoal

	2015	2016	2017	2018	2019
N.º de Trabalhadores	17	18	18	18	21
Total rendimentos = Prestação Serviços, Subsídios, doações e legados à exploração, quotizações, donativos	317.870,86€	291.862,97€	310.148,18€	319.921,42€	368.735,38€
Despesas com o Pessoal	179.455,86€	166.779,33€	197.430,23€	190.773,84€	227.102,63€

NOTA 8. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

A Administração informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Instituição perante a Segurança Social encontra-se regularizada.